



CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO EM JOUE  
PARA

**“Fornecimento de refeições para os alunos dos jardins-de-infância, 1º, 2º, 3º  
ciclos e Secundário, do concelho da Murtosa – ano letivo 2025/2026”**

Preço base:.....**475.179,00 € (sem IVA)**



CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

## **CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO EM JOUE**

### **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

#### **ÍNDICE**

- 1 – Designação da Entidade Adjudicante**
- 2 – Identificação do procedimento**
- 3 – Decisão de Contratar**
- 4 – Requisitos necessários para a Admissão dos Concorrentes**
- 5 – Consulta e disponibilização das peças do procedimento**
- 6 – Preço**
- 7 – Propostas**
- 8 – Análise das propostas e Adjudicação**
- 9 – Habilitação**
- 10 – Caução**
- 11 – Contrato**
- 12 - Negociação e adjudicação por lotes**
- 13 – Disposições Finais**

#### **ANEXOS AO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

### 1. DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

#### 1.1. Entidade Adjudicante

1.1.1 O presente procedimento é promovido pela entidade pública adjudicante Município da Murtosa, com o NIF 506 791 238.

1.1.2 A sede da entidade adjudicante é na Praça do Município, n.º 1, 3870-101 Murtosa, e tem os seguintes contactos, para efeitos do presente procedimento:

**Telefone:** +351 234830100;

**Correio eletrónico:** [geral@cm-murtosa.pt](mailto:geral@cm-murtosa.pt)

1.1.3 Os Serviços Administrativos, da entidade adjudicante, têm o seguinte **horário de funcionamento - 9.00 às 17.00 horas**, todos os dias úteis, estando encerrados nos sábados, domingos e feriados.

1.1.4 Os interessados e concorrentes devem dirigir todas as suas comunicações e notificações entre a entidade adjudicante, o Júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, preferencialmente através da plataforma eletrónica e através de correio eletrónico, nos termos do disposto nos arts. 467.º a 469.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

### 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

#### 2.1. Objeto do Procedimento

2.1.1. O presente procedimento tem por objeto principal a celebração de contrato para “Fornecimento de refeições para os alunos dos jardins-de-



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

infância, 1º, 2º, 3º ciclos e Secundário, do Concelho da Murtosa”, em conformidade com o CADERNO DE ENCARGOS (doravante designado CE), que se anexa e que aqui se dá como integralmente reproduzido.

2.1.2. Durante a vigência do contrato, o fornecimento será efetuado de acordo com as necessidades do Município, podendo este ser inferior às quantidades estimadas para o período do contrato.

2.1.3. A presente aquisição, objeto do presente procedimento, tem a referência de CPV (Classificação Estatística de Produtos por Atividade):

↳ **55524000-9 Serviços de fornecimento de refeições (catering) a escolas**

### 3. DECISÃO DE CONTRATAR

#### 3.1. Órgão que tomou a decisão de contratar

3.1.1. A decisão de contratar, consubstanciada na autorização de abertura do procedimento, foi determinada por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 09 de maio de 2025, no âmbito da delegação de competências, efetuada pela Câmara Municipal no Sr. Presidente da Câmara, em 03 de abril de 2025.

#### 3.2. Fundamento da escolha de Procedimento Público

A escolha do procedimento de Concurso Público com publicação no JOUE (internacional) para a formação do presente contrato, baseia-se estritamente em critérios de valor, nomeadamente em função do valor base estimado, o qual é de **475.179,00€** (quatrocentos e setenta e cinco mil cento e setenta e nove euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido. Nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 16º conjugado com a alínea a) do nº1 do artigo 20º do CCP o procedimento adotado é o concurso público



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

com publicidade no JOUE, permitindo a celebração de contratos de qualquer valor, exceto quando os respetivos anúncios não sejam publicados no Jornal Oficial da União Europeia, caso que só permite a celebração de contratos de valor inferior a **221.000,00€** (alínea c) do artigo 1º do Regulamento Delegado (EU) 2021/1952, da Comissão, de 10 de novembro, que altera a Diretiva 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro, atualizando o limiar previsto da alínea c) do nº3 do artigo 474º CCP).

### **3.3. Júri do procedimento e competência**

3.3.1. O procedimento é conduzido pelo Júri, designado por despacho do Sr. Presidente a Câmara, datado de 09 de maio de 2025. A substituição do Presidente de Júri, nas suas faltas e impedimentos será garantido pelo primeiro vogal efetivo e assim sucessivamente.

3.3.2. O Júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito de voto.

### **3.4. Órgão competente para prestar esclarecimentos**

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto na alínea a) do nº5 do artigo 50.º do CCP, e poderão ser solicitados, durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação pública: <http://www.acingov.pt>, conforme disposto no nº 1 do artigo 50.º do CCP.



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

### 4. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A ADMISSÃO DOS CONCORRENTES

#### 4.1. Concorrentes

4.1.1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.

4.1.2. São admitidos ao concurso todas as entidades que satisfaçam os requisitos deste Programa do Procedimento e estejam aptas a cumprir as obrigações decorrentes do Caderno de Encargos, possuindo para o efeito capacidade técnica e financeira e apresentem proposta.

4.1.3. Serão admitidos os concorrentes que cumpram, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP;
- b) Reúnam todos os requisitos legais constantes deste concurso.

4.1.4. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

4.1.5. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, de acordo com o disposto no artigo 54.º do CCP.

4.1.6. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do nº2 do artigo 54.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente

4.1.7. Todos os membros de um agrupamento concorrente são



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

4.1.8. Na situação prevista no número anterior e em caso de adjudicação, todos os membros do (s) agrupamento (s) concorrente (s), e apenas estes, deverão associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

4.1.9. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe do consórcio, devendo-lhe ser conferido, no mesmo ato, por procuração, os poderes a que se refere o artigo 14, n.º 1, alíneas a), b) c) e d) do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, que será o único interlocutor responsável perante a entidade adjudicante.

## 5. CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

### 5.1. Consulta e fornecimento das peças do procedimento

5.1.1. O processo do concurso é constituído pelo Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e restantes Anexos que dele façam parte.

5.1.2. A entidade adjudicante disponibiliza na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública (PECP) ACINGOV de forma livre, completa e gratuita as peças do procedimento, a partir da data de publicação do anúncio no Diário da República.

5.1.3. A (PECP) ACINGOV, está acessível no sítio eletrónico: <http://www.acingov.pt> disponibilizada pela empresa ACIN iCloud Solutions, Lda.

5.1.4. O acesso às peças procedimentais, através da plataforma referida no número anterior, implica a prévia adesão do interessado à mesma, que deverá ser realizada através do Serviço de Apoio ao Cliente da empresa ACIN,



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

através do telefone nº 707 451 451, entidade que gere o domínio <http://www.acingov.pt> e que é totalmente responsável pela disponibilização dos elementos necessários e auxílio na credenciação dos interessados.

5.1.5. Para concluir o registo deverá seguir os passos do formulário, e no final enviar a documentação solicitada para a ACIN. Verifique mais informações detalhadas sobre os Fornecedores em <http://www.acingov.pt>, ou contacte o Serviço de Gestão de Clientes da empresa AcinGov, através do número 707 451 451.

5.1.6. Todas as comunicações e notificações entre a entidade adjudicante, o Júri do procedimento e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas, preferencialmente através da plataforma eletrónica e através de correio eletrónico, nos termos do disposto nos arts. 467º a 469º do Código dos Contratos Públicos.

5.1.7. Sem prejuízo do referido no ponto 5.1.2 o Programa do Procedimento encontra-se patente nos serviços de contratação pública do Município da Murtosa, onde pode ser consultado, entre as 9 horas e as 17 horas, a partir da data de publicação do anúncio no Diário da República e até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

## **5.2. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais**

5.2.1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e respetivos anexos, bem como lista que identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do CCP, devem ser colocados na plataforma eletrónica *acinGov*, indicada no ponto 5.1, com endereço <http://www.acingov.pt>, no **primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.**





CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

5.2.1 Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

5.2.2 A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

5.2.3 O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem as consequências prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.

5.2.4 **Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas**, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

5.2.5 O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

5.2.6 Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5.2.5, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP, para efeitos de prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.2.7 Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na (PECP) ACINGOV utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

5.2.8 Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## 6. PREÇO

### 6.1. Indicação do Preço

6.1.1 Todos os preços deverão ser expressos em euros, em algarismos e não incluirão o IVA, devendo o concorrente indicar a respetiva taxa legal aplicável deste imposto. Quando os preços sejam indicados também por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os indicados em algarismo.

6.1.2 Os preços propostos não devem incluir o IVA, devendo a proposta mencionar que aos preços indicados acresce esse imposto, mencionando-se o respetivo montante e a taxa legal aplicável, sendo que, no caso da falta desta menção, se entende que os preços apresentados não incluem o IVA.

6.1.3 Os preços totais apresentados terão um máximo de 2 (duas) casas decimais e os preços unitários terão um máximo de 3 (três) casas decimais.



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

### 6.2. Preço Base do Procedimento

6.2.1 Para efeitos do artigo 47º, n.º 1, 3 e 4, do CCP, o preço base foi fixado tendo por base o Acordo entre a tutela (Ministra da Coesão Territorial) e a AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, que garante disponibilidade para fornecer refeições escolares a pelo menos 3,00€ (três euros) por refeição, que para o número de refeições previstas no procedimento (158.393 refeições), ascenderá a **475.179,00€** (quatrocentos e setenta e cinco mil cento e setenta e nove euros), aos valores supra acresce IVA à taxa legal em vigor (13%).

6.2.2 O preço unitário máximo que a entidade adjudicante aceita pagar pelo fornecimento em causa é de **3,00€** (três euros), **por refeição**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

6.2.3 Pelo fornecimento, objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente CE, a entidade adjudicante dispõe-se a pagar à entidade adjudicatária **o preço unitário constante da proposta adjudicada**, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, multiplicado pelas quantidades efetivamente fornecidas, para o período de vigência do contrato.

6.2.4 O preço base de adjudicação pela execução do fornecimento que constitui o seu objeto, e para os efeitos decorrentes do disposto no artigo 47º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP), é o que corresponde ao produto dos seguintes fatores:

- a) Preço unitário da refeição;
- b) Número (estimado) de refeições durante a vigência do contrato;

6.2.5 O número de refeições apresentado (158.393) é meramente indicativo.



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

6.2.6 O preço base é o preço máximo que o Município da Murtosa se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.

### 6.3. Preço anormalmente baixo

Não é definido preço anormalmente baixo no presente procedimento.

## 7. PROPOSTAS

### 7.1 Apresentação da proposta

7.1.1 O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.

7.1.2 Na proposta o concorrente deverá indicar os seguintes elementos:

- a) Preço total e preço unitário, conforme mapa de quantidades disponibilizado pela plataforma “AcinGov”;

7.1.3 A proposta deverá ser apresentada na plataforma eletrónica *AcinGov*, com endereço <http://www.acingov.pt/>, **contendo assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último, poderes para o efeito**, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.

7.1.4 No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deverá ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, caso aquelas o tenham designado, devendo este, para tal, estar devidamente mandatado.

7.1.5 Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

responsabilidade do concorrente.

### 7.2 Documentos que instruem a proposta

7.2.1 Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

7.2.2 A proposta deverá ser elaborada de acordo com o **Anexo I** e acompanhada, obrigatoriamente, pelos seguintes elementos/documento, sob pena de exclusão:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome/>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
  - i. Selecionar a língua pretendida para abertura do DEUCP;
  - ii. Sou um operador económico”;
  - iii. “Importar um DEUCP”;
  - iv. “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma [www.acingov.com](http://www.acingov.com);
  - v. Selecionar o país do concorrente;
  - vi. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
  - vii. No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da proposta.
- b) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 57º do Código dos Contratos Públicos.

7.2.3 A proposta de preço será elaborada em conformidade com o “Modelo de Proposta” (**Anexo I** do Programa do Procedimento), redigida em língua portuguesa ou, não o sendo acompanhada de tradução devidamente



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

legalizada.

7.2.4 Na proposta o candidato deve especificar os aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.

7.2.5 A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

7.2.6 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinado por todos os membros ou respetivos representantes.

7.2.7 No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deverá apresentar **certidão do registo comercial** (certidão permanente), com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente.

7.2.8 Todos os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, ou, não o sendo, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

7.2.9 Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

### 7.3 Modo de apresentação de proposta

7.3.1 Os documentos que constituem a proposta são apresentados



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

diretamente na (PECP) *acinGov*, acessível no sítio eletrónico: <http://www.acingov.pt/>, disponibilizada pela empresa ACIN iCloud Solutions, Lda.

7.3.2 Os concorrentes deverão assinar eletronicamente todos os documentos que associarem à proposta, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, sob pena de exclusão da proposta.

7.3.3 Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante

7.3.4 A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

7.3.6 O prazo para receção dos documentos referidos no número anterior será o indicado no ponto 7.4.1 do presente Programa do Procedimento. A proposta deverá ser apresentada em estrita observância das condições estabelecidas no Programa do Procedimento e no Caderno de Encargos, sem possibilidade de apresentação de propostas variantes.

### 7.4 Prazo para apresentação de proposta

7.4.1 As propostas deverão ser apresentadas na plataforma eletrónica AcinGov, no endereço <http://www.acingov.pt/>, até às **19h00m do 30º (trigésimo) dia** a contar da data de **envio do anúncio para o Serviço das Publicações Oficiais da União europeia**, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 136.º do CCP, não se incluindo na contagem o dia da publicação, nos termos do nº 3 do artigo 470.º do CCP, em que a contagem dos 30 (trinta)



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

dias serão seguidos incluindo sábados, domingos e feriados.

7.4.2 A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, até à data e horas definidas no número anterior.

7.4.3 Os concorrentes deverão prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no ponto 7.4.1. do presente CE.

### **7.5 Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas**

7.5.1 Quando as retificações ou esclarecimentos previstos no ponto 5.2 do presente Programa do Procedimento, sejam comunicadas pela entidade adjudicante, para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por um período equivalente ao atraso verificado.

7.5.2 Quando o anúncio do procedimento tiver sido publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, o período de prorrogação não pode ser inferior a seis dias ou, nas situações previstas no n.º3 do artigo 136.º e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 174.º, a quatro dias.

7.5.3 Quando as retificações ou aceitação de erros e omissões das peças de procedimento referidas no ponto 5.2 (artigo 50.º do CCP), independentemente do momento da sua comunicação por parte da entidade adjudicante, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início do prazo para a apresentação das propostas, até à comunicação das retificações ou publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões.





## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

7.5.4 A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

7.5.5 As prorrogações previstas nos artigos anteriores cabem ao órgão competentes para a decisão de contratar e serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente Aviso no Diário da República, nos termos do artigo 64.º do CCP.

### **7.6 Propostas em relação às Partes, Divergentes ou Variantes**

7.6.1 São apenas admitidas propostas para a globalidade do fornecimento das refeições estimadas pelo Município da Murtosa.

7.6.2 Não serão admitidas propostas com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.

7.6.3 Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do art.º 59º, do CCP.

7.6.4 Entende-se como propostas variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos no Caderno de Encargos ou das condições fixadas noutros documentos que servem de base ao procedimento.

7.6.5 Cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.

7.6.6 Não é admitida a apresentação de propostas de subcontratação parcial da aquisição de bens, que são objeto do presente Procedimento.



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

### **7.7 Retirada da proposta**

7.7.1 Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante, nos termos do artigo 137.º do CCP.

7.7.2 O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

### **7.8 Prazo da obrigação de manutenção de proposta**

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de **66 (sessenta e seis) dias**, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, sendo aquele prazo automaticamente renovável por iguais e sucessivos períodos, se aqueles nada requererem em contrário.

### **7.9 Lista de concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

7.9.1 O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes, através da (PECP) ACINGOV.

## **8 ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO**

### **8.1. Análise e avaliação das propostas**

8.1.1. São excluídas as propostas que apresentem algum(ns) dos motivos constantes nos artigos 70.º e 146.º do CCP.

8.1.2. Na análise das propostas o júri do procedimento terá em consideração apenas os documentos exigidos no presente programa do concurso, bem como quaisquer outros documentos que o concorrente



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

apresente, que contenham os atributos da proposta, que o concorrente considerar indispensáveis para avaliação da mesma.

8.1.3. Após a análise das propostas e aplicado o critério de adjudicação constante neste Programa do Procedimento, o Júri do Procedimento elabora fundamentadamente um Relatório Preliminar (artigo 146.º do CCP), no qual propõe uma ordenação das propostas.

8.1.4. No relatório mencionado no número anterior, o Júri do Procedimento apresenta as razões que fundamentam a exclusão de qualquer proposta, se for o caso.

8.1.5. Elaborado o Relatório Preliminar, o Júri procede à audiência prévia nos termos do disposto do artigo 147.º do CCP.

8.1.6. Exercido o prazo de audiência prévia referida no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o Júri de Procedimento pondera as observações formuladas e elabora Relatório Final de avaliação das propostas fundamentado, que submete à apreciação e decisão entidade adjudicante, podendo ainda propor á exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no nº 2 do artigo 146.º do CCP.

8.1.7. No caso previsto na parte final do número anterior, será dado cumprimento ao disposto no artigo 148.º do CCP.

## **8.2. Esclarecimentos sobre as propostas**

8.2.1. O Júri do Procedimento pode pedir, aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito de análise e da avaliação das mesmas.

8.2.2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

parte integrante das mesmas, desde que:

- a) Não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem;
- b) Não alterem ou completem os respetivos atributos;
- c) Nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto no ponto 8.1. do presente Programa do Procedimento (artigo 70º do CCP).

8.2.3. O Júri do Procedimento deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 2 (dois) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento, nos termos previstos no artigo 72.º do CCP.

8.2.4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

8.2.5. Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.os 8.2.1 e 8.2.3, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

### **8.3. Critério de adjudicação**

8.3.1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, segundo a modalidade da avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar (monofator – alínea b) do n.º 1 do artigo 74º do CCP).

8.3.2. Após a análise das propostas, a adjudicação é feita à proposta não



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

excluída que apresenta o mais baixo preço para a aquisição/fornecimento em causa, com as características e condições constantes do caderno de encargos.

8.3.3. Em caso de empate na pontuação final das propostas posicionadas em 1º lugar, será considerado como fator de desempate o sorteio que deve obedecer às regras procedimentais infra, procedendo-se, sempre que haja esta necessidade, à ordenação das propostas sucessivamente pela aplicação deste critério de desempate:

- 1) O sorteio é realizado após a análise das propostas e verificada a igualdade entre duas ou mais propostas admitidas;
- 2) Será elaborado relatório onde conste os concorrentes e preços das propostas, com notificação da data, hora e local onde será realizado o sorteio e metodologia infra;
- 3) O sorteio é público e presencial, participando os membros efetivos do Júri e os representantes dos concorrentes, credenciados para efeitos da sua identificação, além de terceiros, interessados ou não, no procedimento;
- 4) Do sorteio é lavrada ata, assinada pelos membros do Júri e representantes dos concorrentes presentes, sendo que a recusa destes constará da ata como incidente;
- 5) O sorteio é, por regra, realizado pelas 10.00 horas do dia notificado, sempre até ao terceiro dia útil seguinte ao da notificação e decorridas que sejam 24 horas corridas da mesma, a ter lugar na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho.
- 6) O sorteio é puro, sem condicionantes, e obedecerá ao tipo “sorteio de bolas”, nos termos da metodologia infra:
  - a) O ato público inicia-se com a identificação dos concorrentes e verificação do seu poder de representatividade do concorrente em questão;
  - b) Inicia-se o processo de sorteio pela seriação dos concorrentes empatados,



CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

que se encontrem presentes no ato público.

- c) A seriação é a determinação da ordem pela qual os concorrentes retirarão a bola que lhes atribuirá a sua posição na ordenação final;
  - d) A ordem pela qual os concorrentes retirarão a bola corresponde à ordem de entrada das propostas, iniciando-se com o concorrente cuja proposta entrou em primeiro lugar nos serviços;
  - e) O júri procede de seguida à colocação das bolas numeradas de 1 a “n”, correspondendo “n” ao número de propostas empatadas, em saco opaco;
  - f) Segue-se a retirada de bola do saco opaco, iniciando o concorrente cuja proposta entrou em primeiro lugar nos serviços, tal como referido anteriormente;
  - g) Na ausência do concorrente ou seu representante, o júri, procederá à retirada da bola em sua substituição;
  - h) O número das bolas corresponde à ordenação da proposta do concorrente,
    - Bola n.º 1 - 1ª Posição na ordenação final das propostas;
    - Bola n.º 2 - 2ª Posição na ordenação final das propostas;
- Exemplo: O concorrente X retira a bola com o n.º 1 o que corresponde que o concorrente ocupará a 1ª posição na ordenação final das propostas.
- i) Serão acrescentadas tantas bolas quanto o número de propostas empatadas.
  - j) Após o sorteio lavra-se a ata do ato público em apreço;
  - k) O ato público termina com a assinatura da ata por parte de todos os intervenientes.

8.3.4. Depois de anunciados, pelo presidente do Júri, os resultados, o sorteio é dado por encerrado.



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

### **8.4. Audiência Prévia**

8.4.1. Após análise das propostas, os concorrentes são notificados do respetivo Relatório Preliminar elaborado conforme estabelecido no ponto 8.1.5 deste Programa do Procedimento, para efeitos de audiência prévia, a realizar num prazo de 5 (cinco) dias úteis, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.

8.4.2. Se da audiência prévia resultar uma necessidade de alteração da ordenação classificativa das propostas, ou a exclusão de propostas não prevista no Relatório Preliminar, haverá lugar a nova audiência prévia, antes da emissão do Relatório Final de análise das propostas.

### **8.5. Notificação da adjudicação/Documentos de habilitação**

8.5.1. Cumpridas as formalidades previstas nos pontos anteriores, a entidade adjudicante procede à adjudicação da proposta hierarquizada em primeiro lugar.

8.5.2. O órgão com competência para a decisão de contratar notifica a decisão de adjudicação (juntamente com o Relatório Final), simultâneo, a todos os concorrentes, notificando ainda ao adjudicatário para apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os documentos de habilitação indicados no ponto 9.1 do presente Programa do Procedimento.

8.5.3. A adjudicação será precedida de audiência prévia dos concorrentes, nos termos do artigo do artigo 147.º do mesmo diploma legal.

### **8.6. Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta ou nenhuma**

8.6.1. Quando tenha sido apresentada uma única proposta, será dispensada a audiência dos interessados nos termos do artigo 125.º do CCP.



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

### **8.7. Anulação/Caducidade da adjudicação**

8.7.1. A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:

- a) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação ou se verificar a falsificação de qualquer um desses documentos, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto no artigo 86.º e no artigo 87.º do CCP;
- b) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos, a caução que lhe é exigida, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto no artigo 91.º do CCP;
- c) Se o adjudicatário não confirmar os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP;
- d) Se se verificar a ocorrência de circunstâncias supervenientes que inviabilizem a celebração do contrato, nos termos do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

### **8.8. Causas de não adjudicação**

8.8.1. A entidade adjudicante reserva o direito de não efetuar a adjudicação, nomeadamente nos casos de:

- a) Nenhum candidato se haja apresentado ou nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão





## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

de contratar, o justifiquem;

- e) Nos casos a que se refere o n.º 5 do artigo 47.º, a entidade adjudicante considere, fundamentadamente, que todos os preços apresentados são inaceitáveis

8.8.2. Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão, das medidas a adotar de seguida e dos respetivos fundamentos.

8.8.3. Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 79º do Código dos Contratos Públicos, a Autarquia reserva-se ao direito de não contratualizar, caso ocorra a indisponibilidade de fundos, nos termos constantes na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro republicada pela Lei nº22/2015, de 17 de março, complementado pelo Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo Decreto-Lei nº99/2015, de 2 junho.

## 9 HABILITAÇÃO

### 9.1 Documentos de habilitação

9.1.1 O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da decisão de adjudicação, redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP e se encontra em **Anexo II** a este Programa do Procedimento – declaração de “não impedimento”;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e h)** do artigo 55.º do CCP, especificamente:

**b.a) Certificado(s) de registo criminal**, para efeitos de



CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

celebração de contratos públicos, da **sociedade** e de **todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções**; a qual deverá ser acompanhada da Certidão de Registo Comercial ou Certidão Permanente para a devida consulta.

**b.b)** Certidões emitidas pela Segurança Social e pela Autoridade tributária, relativamente à situação regularizada perante a Segurança Social e Estado **ou** *devidas autorizações para que o Município possa consultar on-line (n.º 3 e 4 do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril).*

c) **Certidão do registo comercial** atualizada ou código de certidão do registo comercial atualizada, ou código de acesso à “Certidão Permanente” da sociedade, a qual corresponde à disponibilização em suporte eletrónico (artigo 14.º, da Portaria n.º 1416/2006, de 19 de dezembro), no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva.

d) Documento comprovativo de inscrição no **Registo Central do Beneficiário Efetivo**.

e) Documento **comprovativo da prestação da caução** devida, conforme previsto no ponto 10 do presente programa de procedimento, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, indicando expressamente o seu valor;

9.1.2 O **adjudicatário** deverá, ainda, entregar dados sobre nº Cartão de Cidadão / Número de Contribuinte / Bilhete de Identidade da(s) pessoa(s) que intervêm no contrato;

9.1.3 No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deverá apresentar os documentos referidos nas alíneas a) e b) do



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

número 1 deste ponto.

9.1.4 A não apresentação dos documentos de habilitação no prazo fixado no número anterior, ou não redigidos em língua portuguesa ou falta de tradução devidamente legalizada, poderá ser prorrogado por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulado ao órgão competente para a decisão de contratar, por um único período não superior a 5 (cinco) dias.

9.1.5 Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de **2 (dois) dias úteis**, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

9.1.6 Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro.

9.1.7 Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro.

9.1.8 Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser disponibilizados para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

### **9.2 Modo de apresentação dos documentos de habilitação**

9.2.1 O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no ponto anterior, diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, com o seguinte endereço: <http://www.acingov.pt/> ou, ainda, para os documentos referidos na alínea b) do n.º 1 do mesmo ponto, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

9.2.2 O Júri do procedimento pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no número anterior, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no ponto anterior, nomeadamente no ponto 9.1.4, do presente.

9.2.3 Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas:

- a) Os documentos previstos no ponto 9.1.1 devem ser apresentados por todos os seus membros.

## 10 CAUÇÃO

### 10.1 Caução para Garantir o Cumprimento de Obrigações

10.1.1 Salvo o disposto no nº 2 do artigo 89.º do CCP, o valor da caução é de 5% do preço contratual e será prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária, ou ainda por seguro-caução, conforme escolha do Adjudicatário/entidade adjudicatária e de acordo com os modelos constantes no **Anexo III, IV e V** ao Programa do Procedimento.

10.1.2 O Adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação prevista no nº 2 do artigo 77.º do CCP, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

10.1.3 O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade adjudicante, devendo ser especificado o fim a que se destina.

10.1.4 Deverão ser respeitados os modelos anexos ao programa de procedimento referentes à caução que venha a ser prestada por garantia bancária, por seguro-caução ou por depósito em dinheiro ou títulos.

10.1.5 Se o Adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.

10.1.6 Tratando-se de seguro-caução, é obrigatória a apresentação de apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.

10.1.7 Todas as despesas resultantes da prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.

## 11 CONTRATO

### 11.1 Aceitação da minuta do contrato

11.1.1 Após a aprovação da minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para decisão de contratar, notifica o adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do artigo 99º do CCP.



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

11.1.2 A minuta do contrato a celebrar deverá ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.

11.1.3 A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

### **11.2 Celebração/outorga de contrato escrito**

11.2.1 A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 dias a contar da aceitação da minuta ou da decisão da reclamação, mas nunca antes de:

- a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- b) Confirmados todos os compromissos referidos na alínea c) do nº 2 do artigo 77º

11.2.2 As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato escrito, são da responsabilidade do adjudicatário.

## **12 NEGOCIAÇÃO E ADJUDICAÇÃO POR LOTES**

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Não haverá adjudicações por lotes.

## **13 DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **13.1 Encargos dos concorrentes**

São encargos do adjudicatário as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação da proposta, bem como à redução do contrato a escrito, incluindo as despesas relativas à prestação da caução e emissão de seguros,



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

quando a eles houver lugar.

### **13.2 Legislação aplicável**

12.2.1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa do procedimento aplica-se, nomeadamente, o regime previsto nos seguintes diplomas:

- a) No Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
- a) No Código de Procedimento Administrativo;
- b) Em demais legislação aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

**ANEXO I**

**PROPOSTA**

[Modelo a que se refere o ponto 7.2.2 do Programa de Procedimento] (1)

.....(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (2) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), depois de ter tomado conhecimento do objeto do **“Fornecimento de refeições para os alunos dos jardins-de-infância, 1º, 2º, 3º ciclos e Secundário, do concelho da Murtosa – ano letivo 2025/2026”**, a que se refere o Anúncio do Concurso Público publicado no Diário da República nº .....datado de ....., obriga-se a executar aquele, de harmonia e nas condições e termos expressos no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e legislação aplicável, pelo:

Preço unitário da refeição de ....., € (colocar por extenso o valor), acrescido de IVA a ....., o que corresponde para um número de 158.393 refeições ao preço global de ....., €, acrescido de IVA a ..%.

Mais declara que renuncia a foro especial, e se submete em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

....., de ....., de .....

\_\_\_\_\_ 3)  
(Assinatura)

- 1) Identificação do ponto do Programa de Procedimento onde se solicita a apresentação deste Modelo;
- (2) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas. No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «representante legal».
- 3) Assinatura do concorrente pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente, tratando-se de pessoa coletiva. No caso de se tratar de um agrupamento, assinatura do representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, assinatura de todos os seus membros ou respetivos representantes.





CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

**ANEXO II**  
**Declaração de não impedimento**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

....., de ....., de .....

\_\_\_\_\_  
(Assinatura) (5)

- 1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- 2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- 3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- 4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- 5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



## CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

### ANEXO III

#### Modelo de Garantia Bancária

{Declaração a que se refere o n.º 5 do artigo 90.º do CCP }

O Banco... (designação), com sede em... (local), matriculado na Conservatória do Registo Comercial de..., com capital social de..., presta a favor do Município da Murtosa, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de..., correspondente a... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com o Município da Murtosa, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 506 791 238, com sede na Praça do Município, 3870 Murtosa, vai outorgar e que tem por objeto a **“Fornecimento de refeições para os alunos dos jardins-de-infância, 1º, 2º, 3º ciclos e Secundário, do concelho da Murtosa – ano letivo 2025/2026”**.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Município da Murtosa, sem que este tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que... (designação da empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos no Decreto-lei nº18/2008, de 29 de janeiro.

Data.

O BANCO

Assinatura.....

(com sede em.....)

ou

(Agência de.....)



CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

ANEXO IV

**Modelo Seguro Caução**

{Declaração a que se refere o n.º 5 do artigo 90.º do CCP }

A companhia de seguros ... (designação da companhia de seguros), com sede em ... (local), matriculado na Conservatória do Registo Comercial de....., com capital social de....., presta a favor do Município da Murtosa e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de....., correspondente a..... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela o Município da Murtosa vai outorgar e que tem por objeto a **“Fornecimento de refeições para os alunos dos jardins-de-infância, 1º, 2º, 3º ciclos e Secundário, do concelho da Murtosa – ano letivo 2025/2026”**.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia, no prazo de cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação do Município da Murtosa, sem que este tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que... (designação da empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros, não pode opor ao Município da Murtosa quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no Decreto-lei nº18/2008, de 29 de janeiro.

Data

O BANCO / SEGURADORA

Assinatura.....

(com sede em.....)

ou

(Agência de.....)

OBS: Qualquer rasura deve ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, ou quaisquer outras pessoas com poderes para obrigar, devem ser reconhecidas



CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

## ANEXO V

### Modelo de Guia Depósito Bancário

{Declaração a que se refere o n.º 5 do artigo 90.º do CCP }

Euro: €.....

Vai....., residente (ou com escritório) em....., na....., depositar na..... (sede, filial, agência ou delegação) da.... (Instituição), a quantia de..... (por extenso em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por)....., como caução exigida para a empreitada de **“Fornecimento de refeições para os alunos dos jardins-de-infância, 1º, 2º, 3º ciclos e Secundário, do concelho da Murtosa – ano letivo 2025/2026”**, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 89º do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de janeiro.

Este depósito, fica à ordem do Município de da Murtosa, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 506 791 238, com sede na Praça do Município, 3870 Murtosa, ao qual deve ser remetido o respetivo conhecimento.

(Data)

(Assinatura)